



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDO PARA A CONCEÇÃO DE UM CONJUNTO DE EVENTOS PROMOCIONAIS CENTRADOS NA PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA ARCUENSE EM PARTICULAR NA CASTA VINHÃO” ADJUDICADO À EMPRESA CORREIA & MATAFOME, LDA., DE ARCOS DE VALDEVEZ -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **19 de agosto de 2015**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, concelho de Arcos de Valdevez, residente no lugar de Aldeia, Couto, deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com o seu Despacho de **13 de agosto de 2015**, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Vítor Manuel Lopes Correia, titular do Bilhete de Identidade n.º 03991981, natural da extinta freguesia de Guilhadeses, deste concelho, atualmente União de Freguesias de Guilhadeses e Santar, onde reside no lugar de Casas Novas, nº 15, que outorga, na qualidade de **gerente**, com poderes para este acto, em representação da sociedade comercial por quotas que usa a firma “**CORREIA & MATAFOME, LDA.**”, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Arcos de Valdevez com o número único de matrícula e de identificação fiscal **505069504**, com sede nos referidos lugar, freguesia e concelho, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Despacho da Presidência da Câmara Municipal de **13 de agosto de**

2015, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTUDO PARA A CONCEÇÃO DE UM CONJUNTO DE EVENTOS PROMOCIONAIS CENTRADOS NA PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA ARCUENSE EM PARTICULAR NA CASTA VINHÃO”**. -----

Pela referida Deliberação da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de € 15.000,00 (quinze mil euros), mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira O prazo de prestação do serviço adjudicado é de 12 meses, de acordo com o faseamento definido no ponto F.4 – Condições Contratuais da proposta da adjudicatária. -----

Quarta: Os pagamentos dos encargos resultantes do presente contrato serão efetuados de acordo com as condições de pagamento definidas no ponto H da proposta adjudicada. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços; **Subagrupamento – 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 14** - Estudos, pareceres, projetos e consultadoria. -----

Sexta: O presente contrato foi objeto de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, de **22 de junho de 2015**, nos termos do disposto nos n.ºs 5, 6 e 12 do artigo 75.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2015).-----

Sétima: 1 - A assunção de compromissos plurianuais relativos ao presente contrato foi precedida de autorização genérica da Assembleia Municipal, conferida na sessão ordinária realizada em **19 de Dezembro de 2014**, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso). -----

2 - Os referidos compromissos serão repartidos em conformidade com o preço contratual e tendo em conta o prazo de execução, da seguinte forma: -----

- No ano de 2015 – € 7.380,00; -----

- No ano de 2016 – € 11.070,00. -----

Oitava: O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Nona: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) O caderno de encargos; -----

b) A proposta adjudicada. -----

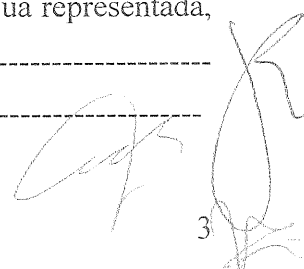
2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual os mesmos são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Décima: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----


Décima Primeira: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

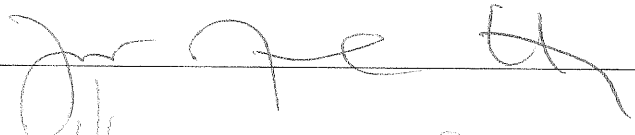


Décima Segunda: O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Handwritten signatures and the number 3.

Décima Terceira: Que se obriga a realizar os serviços objecto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos: a) Declaração da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **04-06-2015**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez em **26-06-2015**, comprovativa de que a sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial subscrita em **01-06-2015** e válida até **01-06-2016**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração ANEXO II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **79/029/2015**, de **17-08-2015**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **30/2015**